



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Reforçar as acções de sensibilização e de protecção quanto à segurança e saúde ocupacional do pessoal administrativo

Ao longo dos anos, quando se fala em segurança e saúde ocupacional e de acidentes de trabalho, as pessoas relacionam-nos logo com a construção civil, um sector de alto risco, mas, de acordo com o “Relatório de análise estatística relativo aos acidentes de trabalho do ano de 2022”, os trabalhadores da área administrativa ocupam os três primeiros lugares da lista das vítimas de acidentes de trabalho em Macau, e os riscos de acidentes de trabalho nesta área são muitas vezes ignorados pela sociedade.

A Associação Geral do Pessoal Administrativo de Macau divulgou, recentemente, o Relatório de Análise do Inquérito sobre a Segurança e Saúde Ocupacional do Pessoal Administrativo de 2023 (adiante designado por Relatório de Análise do Inquérito), no qual se verificou que mais de metade dos entrevistados não participaram nas acções de formação sobre segurança e saúde ocupacional nem dão muita importância aos respectivos conhecimentos, técnicas e legislação, assim como não conhecem o conteúdo e os procedimentos para a participação de casos de acidentes de trabalho. Esta situação demonstra que os trabalhos de sensibilização desenvolvidos pelo Governo não abrangem todos os sectores e registam-se lacunas nesse trabalho nalgumas empresas, portanto, é necessário dar uma maior importância aos conhecimentos relacionados com os acidentes de trabalho e doenças profissionais, para ambas as partes, laboral e patronal.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Quanto aos diplomas legais, o Regime jurídico de reparação por danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais está em vigor há cerca de 30 anos, pelo que as respectivas sanções e Tabela de incapacidades por acidentes de trabalho e doenças profissionais já estão bastante desactualizadas. No ano passado, a Organização Internacional do Trabalho referiu que os trabalhadores sofrem cada vez mais de dores musculares e de problemas mentais relacionados com o trabalho, tais como, ansiedade e depressão, bem como doenças cardiovasculares induzidas ou problemas crónicos de saúde mental agravados. O Governo afirmou no Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) que ia proceder, no corrente ano, à revisão dos limites de indemnização por danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Assim, apelo ao Governo para incluir, no seu plano de trabalho, a revisão global do Regime jurídico da reparação por danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais, reforçando a protecção jurídica da segurança e saúde no trabalho, onde se inclua o pessoal administrativo, e a complementar através de um mecanismo de incentivo à segurança e saúde ocupacional, adoptando várias medidas para garantir a segurança e saúde ocupacional do pessoal administrativo, e elevar os respectivos conhecimentos.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. No ano passado, tendo em conta as alterações de natureza laboral, a Comissão Nacional de Saúde incluiu as doenças musculares e ósseas e os distúrbios de comportamento mental na “classificação e índice de doenças



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

profissionais”. Assim sendo, o Governo deve ponderar tomar como referência as recomendações da Comissão Nacional de Saúde e incluir alguns problemas actuais de saúde frequentes relacionados com a saúde ocupacional no Regime jurídico da reparação por danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais, com vista a alargar o âmbito de cobertura das doenças profissionais. Vai fazê-lo?

2. De acordo com os resultados do Relatório de Análise do Inquérito, quanto aos conteúdos de aprendizagem sobre a segurança e saúde ocupacional, os aspectos que mais preocupam os inquiridos e que gostariam de aprender são: primeiros socorros, conhecimentos e prevenção de doenças profissionais e legislação sobre segurança e saúde ocupacional, bem como esperam adquirir estes conhecimentos através de seminários realizados nas suas empresas. Face ao exposto, de que medidas de optimização dispõe o Governo para os trabalhos de segurança e saúde ocupacional destinados ao pessoal administrativo? O Governo deve ponderar criar um mecanismo de incentivo relacionado com a segurança e a saúde ocupacional, definir um regime de prémios e abonos para a promoção das mesmas, e organizar mais planos de incentivo para a segurança no trabalho para o pessoal administrativo, com vista a elevar a capacidade de prevenção e de resposta aos respectivos acidentes de trabalho. Vai fazê-lo?
3. A fim de reduzir e eliminar os riscos e problemas relacionados com a segurança nos locais de trabalho, e tendo em conta o ambiente de trabalho



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

do pessoal administrativo, o Governo deve definir orientações de segurança e planos concretos de instalação relativamente à iluminação, aparelhos de ar condicionado, cadeiras e mesas, entre outros, porque a sua má instalação pode afectar a visão e o tracto respiratório, assim como acarretar lesões nos ombros e pescoço, entre outros problemas de saúde ao referido pessoal. Vai fazê-lo?

2 de Junho de 2023

**O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,
Leong Sun lok**